



UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.
NIRE nº 43300044513-RS
CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48

**Proposta da Administração e Orientações para Participação na
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
de 28/04/2023**

Sumário

1. Convite	3
2. Edital de Convocação	4
3. Esclarecimentos e Orientações	6
4. Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	7
4.1. Orientações para participação por meio do sistema eletrônico	7
4.2. Orientações para participação mediante o envio de Boletim de voto a distância	8
4.2.1. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia	9
4.2.2. Instalação do Conselho Fiscal	9
4.3. Orientações para participação por meio de procurador	9
5. Proposta da administração	10
5.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Unicasa	10
5.2. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária da Unicasa	13
6. Documentos Pertinentes às Matérias a serem deliberadas	16
7. ANEXO I – Resolução CVM 81, Art. 10º, Inciso III	17
8. ANEXO II – Destinação do Lucro Líquido (Anexo A Resolução CVM 81/22)	38
9. ANEXO III – Proposta de Remuneração dos Administradores	43
10. ANEXO IV – Informações sobre Administradores	52

1. CONVITE

Prezados Acionistas,

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”) tem o prazer de convidá-los a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se às 10:00 horas do dia 28 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital (“AGOE”).

A Administração da Companhia apresenta a proposta e orientações para participação na AGOE com o objetivo de prestar esclarecimentos a V.Sas. sobre as deliberações a serem tomadas, listadas no Edital de Convocação a ser publicado no Jornal do Comércio, na edição do dia 07 de abril de 2023 e republicado nos dias 20 e 25 de abril de 2023, arquivado na sede social da Companhia, bem como divulgado nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.unicasamoveis.com.br>).

Bento Gonçalves, RS, 29 de março de 2023.

Gelson Luís Rostirolla

Presidente do Conselho de Administração

2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S. A.

NIRE 43.300.044.513-RS

CNPJ/ME nº 90.441.460/0001-48

Edital de convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia” ou “Unicasa”) convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no próximo dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma [Microsoft Teams] (“AGOE”), com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária

- a. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022;
- b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e
- c. Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2023.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária

- a. Aprovar o aumento do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, observado o limite estatutário; e
- b. Eleger um novo membro para o Conselho de Administração, para mandato de um ano.

Informações Gerais

A Companhia informa que a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância (“Boletim de Voto”), de acordo com a Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), sendo que para o Boletim de voto produzir efeitos este deverá ser recebido (nas formas indicadas abaixo) pela Companhia até 20 de abril de 2023 (inclusive), ou seja 7 (sete) dias antes da Assembleia. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou

diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na proposta da administração e nas orientações para participação na AGOE da Unicasa.

Conforme disposto no artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81/22, os acionistas que pretendam participar e votar na AGOE por meio do sistema eletrônico e sem a utilização do boletim de voto a distância, deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail dri@unicasamoveis.com.br, até às 17:00 horas do dia 25 de abril de 2023. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro.

A administração esclarece que os acionistas podem solicitar a adoção do processo de voto múltiplo e/ou votação em separado, observado o disposto nas normas legais e regulatórias aplicáveis.

Assim, em cumprimento ao artigo 141 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da sociedade, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento). De modo a facilitar o processamento do pedido e a participação dos acionistas nacionais e estrangeiros, recomendamos que o pedido de voto múltiplo seja realizado por escrito à Companhia com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data da realização da Assembleia, ou seja, até a data de 26 de abril de 2023 (inclusive) até às 10:00 horas.

Os currículos detalhados, bem como as demais informações exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, com relação aos candidatos sugeridos pela administração, nos termos do artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81/22, constam do **Anexo IV** a este Proposta.

A proposta da administração e orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos previstos na Resolução CVM nº 81/22, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Unicasa (<http://ri.unicasamoveis.com.br>).

Bento Gonçalves, RS, 29 de março de 2023

Gelson Luís Rostirolla

Presidente do Conselho de Administração

3. ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES

Este documento contém informações acerca das matérias a serem deliberadas para cada proposta da Administração, bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) da Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia” ou “Unicasa”), a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital.

Esta iniciativa busca conciliar as práticas adotadas pela Companhia de comunicação oportuna e transparente com seus acionistas e as exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81/22”).

Assim, em cumprimento ao artigo 124, §2º-A e demais determinações da Lei das S.A. e da Resolução CVM 81/22, a Unicasa realizará a AGOE de modo exclusivamente digital, em:

Data: 28 de abril de 2023

Horário: 10h00min

Em nome da Administração da Companhia, convidamos os Senhores Acionistas a participar e expressar suas opiniões na AGOE por meio de sistema eletrônico, conforme adiante detalhado, a Companhia também incentiva fortemente os Senhores Acionistas a se valerem de mecanismos alternativos de votação, em especial por meio da utilização do boletim de voto a distância, conforme o modelo de boletim de voto a distância disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.unicasamoveis.com.br>).

As informações sobre cada uma das matérias da AGOE estão detalhadas no item 5.1 e nos anexos deste documento.

4. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A participação dos acionistas se dará por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, ou por meio de envio do boletim de voto a distância, nos termos da Resolução 81/22.

4.1. Orientações para participação por meio do sistema eletrônico

Para fins de participação por meio de sistema eletrônico, a ser acessado no dia e horário da AGOE (“Sistema Eletrônico”), os acionistas interessados deverão manifestar seu interesse mediante envio de e-mail até às 17:00 horas do dia 25 de abril para o endereço eletrônico dri@unicasamoveis.com.br, com os documentos abaixo aplicáveis:

Para pessoas físicas:

- I. Documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração com firma reconhecida; e
- II. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Para pessoas jurídicas:

- I. Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
- II. Documento de identidade com foto do representante legal; e
- III. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Para fundos de investimentos:

- I. Último regulamento consolidado do fundo;
- II. Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação;
- III. Documento de identidade com foto do representante legal; e
- IV. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Nota: A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa ou inglesa e que venham acompanhados da respectiva tradução para a língua portuguesa. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Verificada a regularidade dos documentos enviados nos termos acima, serão encaminhadas até 2 (duas) horas antes do horário de início da AGOE para cada acionista, as informações e orientações para acesso ao Sistema Eletrônico, incluindo a senha de acesso.

A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso ao Sistema Eletrônico, incluindo a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia.

A Companhia também solicita que, no dia da AGOE, os acionistas habilitados acessem o Sistema Eletrônico com, no mínimo, 30 minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos, com o objetivo de permitir a validação de acesso e participação de todos os acionistas que a utilizem. O acesso à AGOE não será permitido depois do início dos trabalhos.

Por fim, a Companhia esclarece que não é e não será responsável por quaisquer problemas operacionais ou de conexão do acionista, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio do Sistema Eletrônico.

4.2. Orientações para participação mediante o envio de Boletim de voto a distância

A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância estabelecido pelo artigo 26 da Resolução CVM 81/22.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia:

- I. Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- II. Por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou
- III. Por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia, no endereço: Rodovia Federal BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas deseje votar na AGOE por meio do Sistema Eletrônico, todas as instruções de voto recebidas por meio do boletim para aquele acionista serão desconsideradas, conforme artigo 28, da Resolução CVM 81/22.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar por meio de Sistema Eletrônico da AGOE, portando os documentos exigidos conforme o item 4.1. acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim de voto à distância sejam desconsideradas.

4.2.1. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rodovia Federal BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (a) Via física do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (b) Cópia dos documentos descritos no item 4 acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos nos itens (a) e (b) acima para o endereço eletrônico dri@unicasamoveis.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e das cópias dos demais documentos requeridos para o endereço acima descrito.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (a) e (b) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e se o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido ou da necessidade de retificação ou reenvio do boletim ou de outros documentos que o acompanham, nos termos da Resolução CVM nº 81/22.

Os documentos referidos nos itens (a) e (b) acima deverão ser recebidos em até 7 (sete) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 20 de abril de 2023 (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

4.2.2. Instalação do Conselho Fiscal

Importante destacar que a instalação de Conselho Fiscal, que constará no boletim de voto referente à Assembleia Geral Ordinária, não compõe esta Proposta da Administração, tendo sido inserida no boletim de voto à distância por exigência regulatória.

4.3. Orientações para participação por meio de procurador

O acionista poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (i) acionista, ou (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia. A Companhia exigirá o reconhecimento de firma na procuração.

Os acionistas que sejam pessoas jurídicas, em consonância com a decisão Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), poderão ser representados nas Assembleias por meio de seu representante legal ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, não havendo necessidade que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários.

5. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Unicasa submete à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2023, de forma exclusivamente digital, as propostas a seguir descritas.

5.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Unicasa

A presente Assembleia Geral Ordinária foi convocada para deliberar sobre:

- a. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022;
- b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- c. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2023.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da Administração da Unicasa acerca de cada um dos itens da proposta que devem ser deliberados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023:

Primeiro item: Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas pela Administração da Unicasa, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e publicados no dia 11 de março de 2023 no jornal “Jornal do Comércio”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 11 de março de 2023.

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da Unicasa.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido,

a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Contábeis são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas Demonstrações.

Relatório da Administração

Acompanha as Demonstrações Contábeis o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos funcionários da Companhia, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

Parecer dos Auditores Independentes

A PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda examinou as Demonstrações Contábeis e emitiu parecer concluindo que elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e das suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores (<http://ri.unicasamoveis.com.br>) e nos sites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- I. Relatório da Administração;
- II. Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2022;
- III. Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia requeridos pelo item 02 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM nº 81/22, que também constam do **Anexo I** desta Proposta;
- IV. Parecer dos Auditores Independentes;
- V. Formulário DFP (Demonstrações Contábeis Padronizadas);
- VI. Relatório do Comitê de Auditoria.

Segundo item: Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em reunião realizada em 09 de março de 2023, “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aprovar a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 32.946.981,29 (trinta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e nove centavos), da seguinte forma:

- (i) R\$ 1.647.349,06 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil trezentos e quarenta e nove reais e seis centavos) serão destinados à reserva legal, nos termos do artigo 34º, alínea “a” do Estatuto Social da Companhia;

- (ii) R\$ 7.824.908,00 (sete milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e oito reais) serão distribuídos como dividendo obrigatório, nos termos do artigo 34, alínea “c” do Estatuto Social da Companhia;
- (iii) R\$4.176.375,70 (quatro milhões, cento e setenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e setenta centavos) serão distribuídos como dividendos, nos termos do Art. 34, alínea “g” do Estatuto Social da Companhia (Art. 202, §6º, da Lei nº 6.404/76.)

Diante do acima deliberado, o total proposto para distribuição de dividendos (ii + iii) é de R\$ 12.001.283,70 (doze milhões, um mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos), totalizando R\$0,1816000000 por ação, que serão pagos da seguinte forma:

- i. Sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos dividendos obrigatórios, o montante de R\$ 12.001.283,70 (doze milhões, um mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos), correspondentes a R\$0,1816000000 por ação, já declarados, conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de dezembro de 2022. Haverá retenção de Imposto de Renda na fonte conforme a legislação vigente. Farão jus ao recebimento do JCP os acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia em 06 de dezembro 2022, sendo a data da negociação “ex-JCP” a partir de 07 de dezembro 2022, inclusive; e
 - ii. O pagamento ocorrerá no dia 25 de maio de 2023, sem remuneração ou atualização monetária.
- (iv) R\$19.298.348,53 (dezenove milhões, duzentos e noventa e oito mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos) serão destinados para a reserva de lucros, para a realização de investimentos de modernização e expansão do parque fabril da companhia nos termos do artigo 34º, alínea “e” do Estatuto Social da Companhia e com base no Orçamento de Capital elaborado e aprovado pela Diretoria Executiva (Art. 196 da Lei nº 6.404/76).

O **Anexo II** desta Proposta apresenta todas as informações referentes à destinação do lucro líquido do exercício exigidas pelo Anexo A da Resolução CVM nº 81/22.

Terceiro item: Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2023.

Para o período de janeiro a dezembro de 2023, propõe-se que a Assembleia Geral aprove a fixação do montante global anual em até R\$4.024.400,00 (quatro milhões, vinte e quatro mil e quatrocentos reais) para remuneração dos administradores, sendo até R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para o Conselho de Administração e até R\$3.784.400,00 (três milhões, setecentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais) para a Diretoria. O Conselho de

Administração deverá distribuir tal verba entre os membros dos referidos órgãos, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

A proposta de Remuneração dos Administradores, na forma especificada do Item 8 do Formulário de Referência, consta do **Anexo III** desta Proposta.

5.2. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária da Unicasa

A presente Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para deliberar sobre:

- a. Aprovar o aumento do número de membros do Conselho de Administração, observado o limite estatutário; e
- b. Eleger um novo membro para o Conselho de Administração, para mandato de um ano.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da Administração da Unicasa acerca de cada um dos itens da proposta que devem ser deliberados na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2023:

Primeiro item: Aprovar o aumento do número de membros do Conselho de Administração, observado o limite estatutário.

De acordo com o previsto no art. 14, do estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos.

Nos termos do art. 15, do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, devem ser conselheiros independentes tais como definidos no Regulamento do Novo Mercado.

A proposta da administração para a Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 28 de abril de 2023 é aumentar a quantidade de membros do Conselho de Administração da Companhia, passando dos atuais 5 (cinco) membros para 6(seis) membros. Desta forma, com a eleição de mais 1 (um) membro (a qual será realizada pelo processo de votação majoritária), o Conselho de Administração da Companhia terá 6(seis) membros.

Caso não haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo e os titulares de ações com direito a voto não exerçam o direito de eleição em separado previsto no art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, será eleito por votação majoritária 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, por indicação dos acionistas controladores, pelo sistema de chapa única e completa, conforme abaixo.

Na forma do disposto no art. 141, §7º, da Lei n. 6.404/76, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, componha o Conselho de Administração, caso a eleição do Conselho de Administração se dê pelo sistema do voto múltiplo e, cumulativamente, os titulares de ações ordinárias exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro de acordo com o art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

Assim, embora a administração proponha a fixação de 6 (seis) membros efetivos para composição do Conselho de Administração, se houver cumulação do procedimento de voto múltiplo e do voto em separado e, dependendo da efetiva presença e alocação dos votos, o conselho poderá ser composto por até 7 (sete) membros.

Segundo item: Eleger um membro para o Conselho de Administração, para mandato de um ano.

A administração propõe que a eleição de mais 1 (um) membro do Conselho de Administração que cumprirá mandato desde a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2023 até a Assembleia Geral Ordinária de 2024, se dê pelo processo de votação majoritária. A administração apresenta proposta de chapa única e completa de candidatos efetivos a serem eleitos para o referido mandato:

Candidato a membro do Conselho de Administração: Sra. Renata Vendruscolo Zietolie.

Nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81/22, as informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração integrantes da chapa proposta, que são exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM 80/22, incluindo os seus respectivos currículos, constam do Anexo IV desta Proposta.

Candidatos concorrentes

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor nomes para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo, nos termos da regulamentação vigente.

Voto Múltiplo

Em cumprimento à Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da sociedade, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento), sendo que a requisição do processo de voto múltiplo deverá ser encaminhada, por escrito, à Companhia em até 48 horas antes da AGOE

Caso haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo são atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho a serem eleitos, sendo permitida aos acionistas a cumulação de votos em um só candidato, ou a distribuição entre vários, na forma do art. 141, da Lei n. 6.404/76. Recebido o pedido de adoção do processo de voto múltiplo e verificado que ele atende ao disposto no art. 141, da Lei n. 6.404/76, a Companhia divulgará, por meio do Sistema IPE, que a eleição do Conselho de Administração poderá se dar por esse processo.

É importante mencionar que aqueles acionistas que exercerem o voto por meio de boletim de voto à distância poderão, se quiserem, antecipar seus votos na forma de voto múltiplo para o caso de eventual pedido ser apresentado dentro do prazo legal.

Eleição em separado

De acordo com o disposto no art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76 e com a decisão da CVM no Processo CVM RJ2005/5664, julgado em 11 de abril de 2006, poderão eleger e destituir um membro do Conselho de Administração da Companhia, em votação em separado na AGOE, excluído o acionista controlador, a maioria dos acionistas titulares de, pelo menos, 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia.

Ressalta-se que, nos termos do § 6.º do art. 141 da Lei das S.A., somente poderão exercer o direito a requerer e participar da votação em separado os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de AGOE.

Conforme acima mencionado, na forma do disposto no art. 141, §7º, da Lei n. 6.404/76, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, componha o Conselho de Administração, caso a eleição do Conselho de Administração se dê pelo sistema do voto múltiplo e, cumulativamente, os titulares de ações ordinárias exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro de acordo com o art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

6. DOCUMENTOS PERTINENTES ÀS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (<http://ri.unicasamoveis.com.br>), bem como nos sites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos:

- Boletim de voto a distância para a Assembleia Geral Ordinária requerido no Anexo M da Resolução CVM 81/22;
- Boletim de voto a distância para a Assembleia Geral Extraordinária requerido no Anexo M da Resolução CVM 81/22;
- Edital de Convocação;
- Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Relatório de Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes).
- Formulário DFP (Demonstrações Contábeis Padronizadas).
- Ata da reunião do Conselho de Administração de 09 de março de 2023 com a Proposta de Destinação de Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Unicasa – item 2 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM 80/22 - **Anexo I**.
- Informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo A da Resolução CVM 81/22 - **Anexo II**.
- Informações sobre a remuneração dos administradores – item 8 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM 80/22 – **Anexo III**.
- Informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração – itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM 81/22 - **Anexo IV**.

7. ANEXO I – RESOLUÇÃO CVM 81, ART. 10º, INCISO III

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 02 do formulário de referência.

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia alcançou uma receita líquida de vendas de R\$245,67 milhões, um EBITDA de R\$35,34 milhões e um lucro líquido de R\$32,94 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia alcançou uma receita líquida de vendas de R\$220,64 milhões, um EBITDA de R\$39,58 milhões e um lucro líquido de R\$25,93 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contava com uma rede de distribuição de vendas com:

- (i) 181 revendas Exclusivas;
- (ii) 97 lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”);
- (iii) sendo 18 revendas exclusivas e 23 revendas multimarcas no exterior.

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o plano de negócio e cumprir as obrigações de curto e médio prazo. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, os Diretores consideram que o parque fabril apresenta condições suficientes para atender à atual demanda, comportando inclusive a expansão da capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante foi de R\$102,23 milhões (R\$160,83 milhões em 31 de dezembro de 2021) e superava em R\$24,14 milhões o passivo circulante de R\$78,09 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,31 (1,57 em 31 de dezembro de 2021), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a Companhia possui R\$1,31 de ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de empréstimos no curto prazo é de R\$5,26 milhões e de R\$4,74 milhões no longo prazo, totalizando R\$10,01 milhões (R\$14,74 milhões em 2021). O caixa líquido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$21,67 milhões (R\$76,98 milhões em 31 de dezembro de 2021). A seguir elencamos alguns índices de liquidez, nos dois últimos exercícios sociais:

Índices de liquidez	2022	2021
Liquidez geral	1,50	1,56
Liquidez corrente	1,31	1,57
Liquidez seca	0,85	1,20

A seguir elencamos alguns índices de rentabilidade, nos dois últimos exercícios sociais:

Índices de rentabilidade	2022	2021
Retorno s/ patrimônio líquido	17,5%	15,5%
Margem líquida	13,4%	11,8%
Margem Bruta	34,2%	36,3%
Margem EBIT	10,6%	13,7%

A seguir elencamos dados do Patrimônio Líquido, Endividamento e Posição de caixa:

PL, Endividamento e Caixa Líquido	2022	2021
Patrimônio líquido	188.732	167.781
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	10.008	14.747
Caixa e equivalentes de caixa	23.528	60.250
Aplicações Financeiras	8.156	31.480

(b) estrutura de capital

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. Os investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro são realizados com recursos próprios, capital de terceiros é utilizado apenas quando as condições de contratação são vantajosas.

Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as obrigações referentes aos compromissos financeiros, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

Balanco patrimonial	2022	2021
Ativo circulante	102.234	160.831
Ativo não circulante	177.029	127.196
Passivo circulante	78.091	102.264
Passivo não circulante	12.440	17.982
Patrimônio líquido	188.732	167.781

Analisando a dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos, os Diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir com os investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil da dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e capital de giro, acredita-se ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

A Companhia detém capacidade de financiar as operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, pode recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento da administração para gerarem valor aos acionistas.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem deficiências de liquidez, não teve no passado e não há indícios de que esta situação possa ocorrer. O capital de giro e os investimentos são financiados com recursos próprios.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 11 de janeiro de 2021, a Companhia firmou empréstimo com o Banco Santander no valor de R\$ 17.000 com taxa de juros de CDI+2,75% ao ano, pelo prazo de 48 meses, com amortização mensal do principal (carência de 6 meses) e dos juros, sendo a última amortização em 23 de dezembro de 2024, garantido por avalista mencionado nos termos do contrato firmado.

O empréstimo está classificado como passivo financeiro e foi reconhecido pelo valor justo no recebimento do recurso, líquidos dos custos de transação e após é apresentado pelo custo amortizado, isto é, acrescido de juros proporcionais ao período incorrido (“*pro-rata temporis*”). O objetivo da tomada deste recurso é modernizar o parque fabril para acompanhar a tendência da mudança no consumo dos produtos da Companhia e o saldo total do empréstimo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 10.008.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de empréstimos e financiamentos a pagar no valor de R\$10,01 milhões. A captação ocorreu para a aquisição de máquinas.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo convênio de Cessão de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores Exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam dívida à Companhia, pois o financiamento é realizado diretamente entre os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Pela promoção da contratação de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores Exclusivos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Existem limitações apenas quanto aos valores dessas operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 22 do Estatuto Social.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Esta seção trata da análise das demonstrações de resultado e fluxos de referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, além das variações percentuais para os respectivos períodos. As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pelos auditores independentes da Companhia.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2022	AV ⁽¹⁾ (%)	2021	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2022/2021
Receita bruta de vendas	307.545	125,2%	278.382	126,2%	29.163	10,5%
Mercado interno	266.749	108,6%	244.827	111,0%	21.922	9,0%
Mercado externo	40.796	16,6%	33.555	15,2%	7.241	21,6%
Deduções de vendas	(61.867)	-25,2%	(57.739)	-26,2%	(4.128)	7,1%
Receita líquida de vendas	245.678	100,0%	220.643	100,0%	25.035	11,3%
Custo dos produtos vendidos	(161.703)	-65,8%	(140.551)	-63,7%	(21.152)	15,0%
Lucro bruto	83.975	34,2%	80.092	36,3%	3.883	4,8%
Despesas com vendas	(49.411)	-20,1%	(37.865)	-17,2%	(11.546)	30,5%
Despesas gerais e administrativas	(18.682)	-7,6%	(16.017)	-7,3%	(2.665)	16,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	10.200	4,2%	3.951	1,8%	6.249	158,2%
Lucro Operacional	26.082	10,6%	30.161	13,7%	(4.079)	-13,5%
Despesas financeiras	(7.272)	-3,0%	(5.290)	-2,4%	(1.982)	37,5%
Receitas financeiras	16.106	6,6%	9.996	4,5%	6.110	61,1%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	34.916	14,2%	34.867	15,8%	49	0,1%
Imposto de renda e contribuição social	(1.969)	-0,8%	(8.929)	-4,0%	6.960	-77,9%
Correntes	(4.202)	-1,7%	(6.628)	-3,0%	2.426	-36,6%
Diferidos	2.233	0,9%	(2.301)	-1,0%	4.534	-197,0%
Lucro líquido do exercício	32.947	13,4%	25.938	11,8%	7.009	27,0%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Receita Bruta de Vendas

A receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$307,54 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um acréscimo de 10,5% ou R\$29,16 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2021. A receita bruta do mercado interno representou 86,73% e do mercado externo 13,27% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e 87,95% e 12,06%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Mercado Interno

A receita das lojas exclusivas no critério Mesmas Lojas cresceu 17,0%, apesar da forte base comparativa. O combinado da receita entre lojas novas, em maturação e fechadas apresentou queda de 12,5%. Dois fechamentos foram preponderantes nesse resultado, sendo uma dessas lojas reposta no final do 4T22 e a outra com reposição prevista para 2023. A produtividade média por revenda exclusiva cresceu 14,3%, atingindo R\$95,3 mil/mês.

Ao longo dos últimos anos decidiu-se pela descontinuidade da marca Favorita, o que impactou a receita em R\$6,3 milhões. O encerramento da marca visou concentrar esforços nas marcas mais consolidadas, possibilitando um melhor aproveitamento de recursos para expansão de rede, marketing, treinamentos, lançamento produtos etc. Durante esse processo, os pontos de vendas nos locais que faziam parte do planejamento estratégico foram convertidos em outras marcas. O impacto mencionado corresponde apenas ao das lojas definitivamente fechadas.

O segmento multimarcas apresentou crescimento de 9,4% até o 3T22, entretanto, a queda de 35,5% no 4T22 direcionou o resultado anual para -3,5%, principalmente, devido ao impacto das eleições presidenciais na economia e aos atrasos na conclusão de empreendimentos na construção civil pelo país, que, possivelmente, impactará o segmento das exclusivas entre o final do 1T23 e início do 2T23, devido à jornada de venda mais alongada.

O segmento Corporativo apresentou sua maior receita histórica, R\$21,9 milhões, grande parte desse faturamento advém de um projeto, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 29 de junho de 2021.

A Companhia encerrou o ano de 2022 com fechamento líquido de 22 lojas. Ao longo do ano, foram encerradas 15 operações da marca Favorita, sendo que 7 migraram para outras marcas. As aberturas, desconsiderando as migrações da marca Favorita, totalizaram 11 revendas.

Mercado Externo

A receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$ 40,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um crescimento de 21,6%, comparados aos R\$33,55 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa. A receita em dólar cresceu 27,8%, sendo que o mercado norte americano cresceu 47,2%, atingindo, aproximadamente, 10,0% do faturamento total.

Custos dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$161,70 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 15,05% ou R\$21,15 milhões,

comparado aos R\$140,55 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O custo dos produtos vendidos em 2022 representou 65,82% da receita líquida de vendas e 63,70% no ano de 2021. O Aumento se deve a projetos corporativos no mercado interno e externo, que possuem margem menor.

Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$83,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um acréscimo de 4,85% ou R\$3,88 milhões, comparados aos R\$80,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A margem bruta diminuiu 2,1 p.p., passando de 36,3% para 34,2%. A redução da margem decorre de dois principais fatores: (i) projetos corporativos no mercado interno e externo, que possuem margem menor; (ii) concessão de descontos adicionais aos clientes que anteciparam o pagamento de pedidos. Ao longo do ano, os clientes aumentaram suas antecipações buscando-se proteger dos aumentos de preço. Esse desconto extra é compensado parcialmente pelo maior rendimento de aplicações financeiras em virtude do excedente de caixa.

Despesas e Receitas Operacionais

As despesas operacionais atingiram R\$57,89 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 15,95% ou R\$7,96 milhões, comparados aos R\$49,93 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, correspondendo nos respectivos períodos, a 23,5% e 22,6% da receita líquida de vendas. O aumento das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$68,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 26,4% em relação aos R\$53,9 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, correspondendo nos respectivos períodos a 27,7% e 24,4% da receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:



- I. O aumento da despesa de pessoal decorre, principalmente, do aumento de quadro para suportar o crescimento da operação nos Estados Unidos; reposições na equipe de apoio aos revendedores nacionais postergadas em função da pandemia; e, dissídio coletivo de 10,6%. A quantidade média de funcionários no administrativo e comercial foi 30,9% maior (184 vs 141).
- II. As despesas com publicidade aumentaram R\$4,4 milhões devido a retomada das campanhas publicitárias e a concentração das campanhas em 2022. As campanhas são bianuais, entretanto, seguindo esse cronograma, a campanha da marca New que seria renovada em 2021 foi postergada para 2022 em virtude dos impactos da pandemia.

Além disso, por conta do encerramento da marca Favorita, passou-se a realizar campanhas para a marca Casa Brasileira. Portanto, em 2022, temos o início das campanhas das três marcas, Dell Anno, New e Casa Brasileira. Além disso, passou-se a realizar o programa de receptivo de arquitetos para a New, antes restrito à Dell Anno.

- III. O aumento dos custos mercadológicos seguiu o aumento da receita do segmento corporativo e da exportação e são relacionados, principalmente a frete, desembaraço e montagens.
- IV. A retomada das viagens, contingenciadas em 2021 por conta da pandemia, contribuiu para o aumento de R\$1,6 milhão.
- V. As despesas com terceiros refletem os honorários advocatícios em virtude do sucesso nos processos tributários, tais como inflação nas aplicações financeiras, exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS.
- VI. As despesas com consumidores foram R\$1,3 milhão menor devido à redução de gastos com acordos cíveis com consumidores, R\$1,0 milhão. Já os gastos com mercadoria, frete e montagem de consumidores finais que não foram atendidos por lojas fechadas reduziram R\$0,3 milhão. As despesas com consumidores atingiram patamar de, aproximadamente, 1% da receita das vendas exclusivas
- VII. A redução nas despesas com depreciação e amortização ocorreu devido ao encerramento, em julho de 2022, da amortização de um ponto comercial.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

As outras receitas e despesas operacionais, líquidas, atingiram R\$10,20 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 158,2%, comparado aos R\$3,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando respectivamente 4,2% e 1,8% da receita líquida de vendas de vendas. A principal variação nesse grupo decorre em função do registro de receita da recuperação de créditos fiscais oriundos do Processo PIS/COFINS. O valor do principal atingiu R\$ 7,2 milhões.

Lucro (Prejuízo) operacional

O resultado operacional foi de lucro de R\$26,08 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma redução de 13,5% ou R\$4,08 milhões, comparando com R\$30,16 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, correspondendo, nos respectivos períodos, a 10,6% e 13,7% da receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras atingiram R\$7,27 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma queda de 37,5% ou R\$1,98 milhões comparados aos R\$5,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 corresponderam, respectivamente a 3,0% e 2,4% da receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras atingiram R\$16,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 61,1% ou R\$6,11 milhões, comparados aos R\$9,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Contribuiu para este resultado a atualização monetária dos créditos tributários recuperados via processos judiciais, rendimento de aplicações financeiras e o efeito do AVP.

As receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, corresponderam, respectivamente, a 6,6% e 4,5% da receita líquida de vendas.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social foi de R\$34,91 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um acréscimo de 0,1% ou R\$0,49 milhão, comparados ao lucro antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$34,86 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, correspondendo, nos respectivos períodos a 14,2% e 15,8% da receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

No exercício de 2022, o valor apropriado de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente foi de 4,20 milhões. No ano de 2021, o valor foi de R\$6,62 milhões.

A taxa efetiva do exercício de 2022 foi de 5,6%, enquanto no exercício de 2021 foi de 25,6%. A variação da taxa efetiva pode ser observada na Nota Explicativa 14 das Demonstrações Financeiras. Esta redução decorre principalmente pelo efeito do processo da inflação nas aplicações financeiras, conforme mencionado em Release do segundo trimestre de 2022. Outro fator que contribuiu para a redução na taxa foi o aumento da base de cálculo (Patrimônio Líquido) dos juros sobre o capital próprio (JCP), quando comparada com a de 2021. Ela foi maior, pois em 2021 ocorreu retenção de lucro para investimentos e a forma de tributação utilizada foi pelo Lucro Anual, já em 2022 foi pelo Lucro Trimestral, o que possibilitou a inclusão do resultado acumulado até o terceiro trimestre de 2022 na base de cálculo.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

A constituição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido refletem as diferenças temporárias entre a base de cálculo societária e fiscal.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$32,94 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um acréscimo de 27,0% ou R\$7,0 milhões, comparado com o lucro líquido de R\$25,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 correspondendo, nos respectivos períodos a 13,4% e 11,8% da receita líquida de vendas.

Análise de fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A tabela abaixo demonstra os componentes do fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

Caixa Líquido	31/12/2022	31/12/2021	Δ
Dívida de Curto Prazo	5.264	4.863	+8,2%
Dívida de Longo Prazo	4.744	9.884	-52,0%
Dívida Bruta	10.008	14.747	-32,1%
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.528	60.250	-60,9%
Aplicações Financeiras	8.156	31.480	-74,1%
Dívida Líquida / (Caixa excedente)	(21.676)	(76.983)	-71,8%

Fluxo de caixa	2022	2021	Δ
Fluxo de caixa das atividades operacionais	46.259	47.486	-2,6%
Variação nos ativos e passivos	(40.186)	23.688	-269,6%
Aplicações financeiras	23.324	(28.210)	-182,7%
Fluxo de caixa nas atividades de investimento	(53.549)	(31.587)	+69,5%
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	(12.814)	1.352	-1047,8%
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	244	(63)	-487,3%
Aumento (redução) de caixa	(36.722)	12.666	-389,9%
Aplicações financeiras	(23.324)	28.210	-182,7%
Aumento (redução) de caixa e aplicações financeiras	(60.046)	40.876	-246,9%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiu o valor de R\$6,07 milhões e R\$71,17 milhões, respectivamente. Houve o consumo de aproximadamente R\$33,0 milhões dos adiantamentos de clientes, realizados durante o ano de 2021 em busca de proteção dos aumentos de preços.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa consumido das atividades de investimento foi de R\$30,22 milhões, sendo R\$23,32 milhões resgatados das aplicações financeiras e R\$53,55 milhões referentes a aquisição de imobilizado.

Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento

Em 2021, a Companhia captou R\$17,0 milhões em empréstimos para aquisição de imobilizado, em 2022 pagou: juros no montante de R\$6,47 milhões e juros sobre o capital próprio, R\$6,33 milhões.

2.2. Os diretores devem comentar:

(a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Receita Bruta de Vendas

É composta pela receita bruta de vendas realizadas no mercado interno e mercado externo, de móveis planejados por meio de revendas Exclusivas, lojas Multimarcas e Lojas Próprias, através das marcas Dell Anno, New, Casa Brasileira e do segmento de venda Unicasa Corporate. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Mercado Externo

As vendas no mercado externo correspondem às vendas dos produtos no exterior, nos seguintes 11 países: Canadá, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos da América, Guatemala, México, Paraguai, Porto Rico, Portugal, Uruguai e Venezuela.

Deduções

Impostos sobre vendas

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, com alíquota de 7% a 20% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 3,25%. A partir do exercício de 2018, a Companhia passou a recolher a Contribuição Previdenciária com base na folha de pagamento, conforme faculdade prevista na Lei 12.546/2011. Dessa forma, não há mais a dedução desse imposto na receita da Companhia, passando a ser registrado como uma obrigação social junto aos Salários e Encargos da folha de pagamento. Sobre a receita de vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI, ICMS e CPRB.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções ocorrem quando os clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos, originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 0,2% da receita líquida de vendas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é

efetuado com base em taxa de juros de mercado (Selic), aplicado sobre o prazo de vencimento de cada parcela da venda, que reflete o risco de cada transação dos respectivos ativos.

Despesas e Receitas operacionais

Despesas com vendas

As maiores despesas com vendas estão relacionadas a:

- (i) propaganda e marketing, feiras e exposições;
- (ii) gastos com pessoal;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadias, despesas com clientes e amortização e aluguel de pontos comerciais;
- (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas de produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis;
- (v) comissões sobre vendas para os representantes comerciais autônomos e para os vendedores das lojas próprias; e,
- (vi) despesas com depreciação e amortização.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a:

- (i) gastos com pessoal;
- (ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões;
- (iv) depreciações.

Outras receitas operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de:

- (i) prêmio bancário sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia os consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos;
- (ii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia; e,
- (iii) resultado da venda de ativos mantidos para venda.

Despesas financeiras

As despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, descontos concedidos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, atualização monetária dos créditos recuperados via processos judiciais, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para Imposto de Renda e 9,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para anular a diferença temporária entre base fiscal e societária.

(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da companhia vem sendo afetado, principalmente, pela variação da receita bruta, despesas com vendas, gerais e administrativas e eventos não recorrentes.

Abaixo segue quadro comparativo da receita bruta de vendas nos últimos três exercícios:

Receita Bruta de Vendas Ex-IPI	2022	2021	2020
Receita Bruta de Vendas (menos IPI)	298.656	267.219	184.616
Mercado Interno	257.860	233.664	164.718
Exclusivas	198.953	184.502	126.370
Multimarca	33.664	34.903	22.670
Unicasa Corporate	21.885	10.832	12.987
Outras Receitas	3.358	3.427	2.691
Mercado Externo	40.796	33.555	19.898

As variações nas despesas com vendas, gerais e administrativas estão descritas no item 2.1 (h) do **Anexo I**.

Os eventos não recorrentes que compõe os Resultados Operacionais nos anos de 2022 e 2021 foram:

- (i) Processo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no primeiro trimestre de 2022, no valor de R\$7,2 milhões; e,
- (ii) Processo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na controlada Unicasa Comércio de Móveis no segundo trimestre de 2021, no valor de R\$1,3 milhões.

Abaixo apresentamos o sumário executivo e o sumário executivo ajustado, que desconsidera os efeitos dos eventos não recorrentes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Sumário Executivo

Sumário Executivo	2022	2021	Δ
Receita Bruta ex-IPI	298.656	267.219	+11,8%
Receita líquida	245.678	220.643	+11,3%
CPV	(161.703)	(140.551)	+15,0%
Lucro bruto	83.975	80.092	+4,8%
Margem Bruta	34,2%	36,3%	-2,1 p.p.
Despesas com Vendas e Administrativas	(68.093)	(53.882)	+26,4%
Outras receitas e despesas operacionais	10.200	3.951	+158,2%
Resultado operacional	26.082	30.161	-13,5%
Margem Operacional	10,6%	13,7%	-3,1 p.p.
Resultado Financeiro	8.834	4.706	+87,7%
LAIR	34.916	34.867	+0,1%
IR/CS	(1.969)	(8.929)	-77,9%
Lucro líquido	32.947	25.938	+27,0%
Margem Líquida	13,4%	11,8%	+1,6 p.p.
EBITDA	35.345	39.582	-10,7%
Margem EBITDA	14,4%	17,9%	-3,5 p.p.
ROIC - UDM	17,5%	21,1%	-3,6 p.p.

Sumário Executivo Ajustado

Sumário Executivo-Ajustado	2022 Ajustado	2021 Ajustado	Δ
Receita Bruta ex-IPI	298.656	267.219	+11,8%
Receita líquida	245.678	220.643	+11,3%
CPV	(161.703)	(140.551)	+15,0%
Lucro bruto	83.975	80.092	+4,8%
Margem Bruta	34,2%	36,3%	-2,1 p.p.
Despesas com Vendas e Administrativas	(67.263)	(53.793)	+25,0%
Outras receitas e despesas operacionais	3.048	2.635	+15,7%
Resultado operacional	19.760	28.934	-31,7%
Margem Operacional	8,0%	13,1%	-5,1 p.p.
Resultado Financeiro	6.797	4.257	+59,7%
LAIR	26.557	33.191	-20,0%
IR/CS	(5.295)	(8.525)	-37,9%
Lucro líquido	21.262	24.666	-13,8%
Margem Líquida	8,7%	11,2%	-2,5 p.p.
EBITDA	29.023	38.355	-24,3%
Margem EBITDA	11,8%	17,4%	-5,6 p.p.
ROIC - UDM	11,5%	23,1%	-11,6 p.p.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Durante o ano de 2022, a Companhia realizou um ajuste de preços, diferente de 2021 quando a Companhia realizou três ajustes.

Além disso, ao final de 2019, a Companhia aprimorou a ferramenta utilizada pelos lojistas para, mediante adiantamento de valores, postergar o impacto das oscilações de preço. Buscando essa proteção, a ferramenta foi muito utilizada pelos lojistas ao longo de 2022, o adiantamento de clientes, encerrou o ano de 2022 com saldo de R\$40,3 milhões (vs R\$73,8 milhões em 2021). Assim, foi entregue maior previsibilidade de preço aos lojistas e aos consumidores, mantendo a competitividade dos produtos no mercado, dessa forma a Companhia absorveu parte do

aumento de custo, que pode ser observado na variação da margem bruta, também impactada pelo aumento da representatividade da receita do canal multimarcas. Parte da redução da margem bruta em função do impacto dos adiantamentos foi amenizada pelo maior rendimento de aplicações financeiras oriundo do caixa adiantado pelos lojistas que pode ser observado no resultado financeiro.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Conforme comentado no item anterior, o impacto da inflação no ano de 2022 foi menos significativo do que em 2021, de forma que a Companhia realizou apenas um ajuste de preços.

Se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício de 2023, a Companhia está preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices e seus efeitos no custo dos seus produtos.

A flutuação da taxa de juros (SELIC) no país tem impactado, principalmente, o aumento das receitas oriundas de aplicações financeiras.

2.3. Os diretores devem comentar:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis manadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras relativas aos três últimos exercícios fiscais, as quais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes. Não houve alterações em práticas contábeis sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos três últimos exercícios fiscais.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas presentes nos pareceres emitidos pelos auditores independentes para os três últimos exercícios fiscais.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

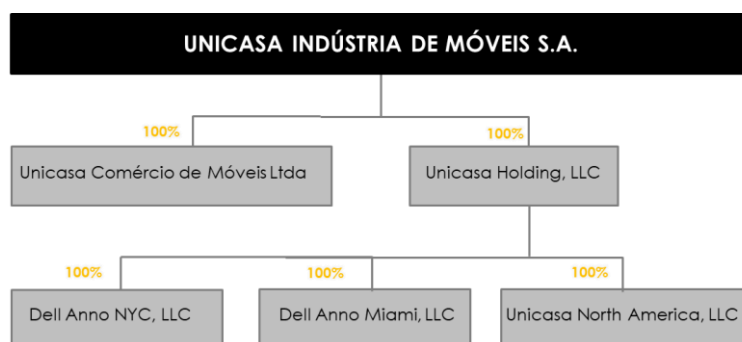
Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Como parte do plano de expansão da marca Dell Anno para o mercado norte americano, em 2022 assinou-se contrato de aluguel de um ponto de venda na cidade de Nova Iorque. Com aproximadamente 300 m² de área de venda, a loja está localizada em um dos principais polos de móveis de Nova Iorque, a cerca de 200 metros do Madison Square Park e da Quinta Avenida. A abertura da loja está prevista para o primeiro semestre de 2023.

Em janeiro de 2023, a loja Dell Anno em Miami, na Flórida, que antes era exclusiva, foi convertida em loja própria, sob a razão social Dell Anno Miami, LLC. Localizada no *Design District*, a loja possui cerca de 500 m² de área de venda.

Assim a estrutura societária da Companhia apresenta-se da seguinte forma



Os efeitos dessas participações acionárias podem ser observados na linha de investimentos no balanço da Controlada e no balanço Consolidado. Seus efeitos são registrados através do método da equivalência patrimonial, conforme estabelece o CPC 18.

(c) eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é calculado conforme disposto no artigo 3º da Resolução CVM Nº 156 de 23 de junho de 2022, que é definido como o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. A margem EBITDA consiste na divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas. O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de desempenho operacional ou liquidez. Adicionalmente, o EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA utilizada pela Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, gastos de capital e outros encargos relacionados. Na Companhia, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional e liquidez.

	<i>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</i>		
	2022	2021	2020
EBITDA (em R\$ mil)	35.345	39.582	26.452
Margem EBITDA ⁽¹⁾	14,4%	17,9%	17,6%

⁽¹⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das Demonstrações Financeiras auditadas

Demonstração do EBITDA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(Em R\$ Mil)			
(+) Lucro líquido do exercício	32.947	25.938	14.833
(-) Despesas financeiras	(7.272)	(5.290)	(6.019)
(-) Receitas financeiras	16.106	9.996	8.829
(-) Imposto de renda e contribuição social	(1.969)	(8.929)	(5.550)
(+) Depreciações e amortizações	9.263	9.421	8.879
(=) EBITDA	35.345	39.582	26.452
Receita líquida de vendas	245.678	220.643	150.449

⁽¹⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(c) explicar o motivo pelo qual tal medição é a mais apropriada para correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho operacional e liquidez pela administração, motivo pelo qual é importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. O EBITDA funciona como indicador de desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do Imposto de Renda e da Contribuição Social ou dos níveis de depreciação e amortização. A administração acredita que o EBITDA é uma medida apropriada para aferir o desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. Adicionalmente, o EBITDA é frequentemente utilizado por analista de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão do desempenho operacional da Companhia, bem como, na comparação com o desempenho operacional de outras empresas.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Em 25 de abril de 2016 a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de afastar a incidência do PIS, COFINS, IRPJ e da CSLL, sobre os créditos presumidos do ICMS. Obtendo sentença favorável com trânsito em julgado em 06 de fevereiro de 2023. A Companhia em conjunto aos seus assessores tributários está trabalhando no levantamento do crédito e irá reconhecer no 1T23.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Além disso, nos 3 últimos exercícios sociais, o Estatuto Social da Companhia estabelecia que do resultado do exercício deveriam ser deduzidas:

- (i) a participação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido após a dedução da provisão para Imposto de Renda, aos administradores no exercício da função, conforme permite o disposto no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) a reserva legal, prevista no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) as reservas estatutárias e para contingências, se houvessem, constituídas na forma prevista nos artigos 194 e 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) a retenção de lucros, se houvesse, aprovada por Assembleia com obediência aos requisitos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) a reserva de lucros a realizar e as reservas de capital (artigos 197 e 200 da Lei das Sociedades por Ações); e

- (vi) o dividendo mínimo obrigatório, era fixado pelo Estatuto Social da Companhia em 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, passado para 25% em fevereiro de 2012, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Companhia poderia imputar Juros sobre o Capital Próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório, na forma e nos limites da lei. Os lucros remanescentes deveriam ter a destinação que aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria.

Apresentamos abaixo as informações que refletem as distribuições dos lucros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício	2022 em reais	2021 em reais
Lucro líquido do período	32.946.981,29	25.938.380,76
Reserva legal (5%)	(1.647.349,06450)	(1.296.919,03800)
Lucro líquido ajustado	31.299.632,23	24.641.461,72
Dividendo obrigatório - 25%	7.824.908,06	6.160.365,43
Dividendos em excesso ao obrigatório	4.176.375,70	970.353,25
Retenção de Lucros	19.298.348,53	17.510.743,04
Total	31.299.632,29	24.641.461,72
Forma de distribuição		
Juro sobre o capital próprio	12.001.283,70	7.130.718,68
Dividendo complementar	-	-
Total	12.001.283,70	7.130.718,68

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

No exercício social de 2011, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em no Estatuto Social da Companhia era de 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, passando para 25% em fevereiro de 2012 nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sendo facultado imputar Juros sobre o Capital Próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório na forma e nos limites da lei.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 2 exercícios sociais, a distribuição dos dividendos foi realizada anualmente, por deliberação da Assembleia Geral, com base na proposta da Diretoria. Ainda, o Estatuto Social da Companhia permite a declaração de dividendos intermediários, baseado em balanços semestrais ou de períodos inferiores, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações a este respeito. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Nos últimos 2 exercícios sociais, não existiam restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável a nós, assim como não existiam restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Na data deste documento, a Companhia não tinha quaisquer ativos, passivos ou operações não registradas nas Demonstrações Financeiras, incluindo *off-balance sheet items*.

(b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

(b) natureza e propósito da operação

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2021, a Companhia iniciou a execução de seu planejamento estratégico em relação a investimentos fabris para permitir o crescimento sustentável da Companhia, alinhado às demandas dos consumidores, que tem exigido cada vez mais personalização dos produtos, demandando maior flexibilidade fabril para entregar uma gama ampla e diferenciada de padrões e tamanhos. O investimento total é de, aproximadamente, €14,9 milhões. No início do ano de 2021 captamos R\$17 milhões em empréstimo e no dia 28 de maio de 2021, em reunião do

Conselho de Administração, foi aprovada a execução de €7 milhões. O restante, envolve aquisições individualmente menores que não ensejam aprovação formal em Conselho de Administração e serão executadas ao longo de 2022 a 2025.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no ativo imobilizado e no intangível nos últimos três exercícios sociais:

CAPEX	2022	2021	2020
Imobilizado	53.000	30.950	7.060
Intangível	501	637	138
Total	53.501	31.587	7.198

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios. Entretanto, devido ao custo de oportunidade, no início de janeiro de 2021, a Companhia contraiu empréstimo de R\$17 milhões para aquisição de máquinas, conforme comentado no item anterior.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Vide item 2.10 a) i).

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os projetos de pesquisa da Companhia estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados no processo de fabricação. Entre eles:

(i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final;

- (ii) melhorias no sistema de produção *just in time* viabilizando a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes;
- (iii) melhoria do *layout* dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo;
- (iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis;
- (v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos; e
- (vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca, tanto no mercado interno como no mercado externo.

Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também o ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício de 2022, e 2021 no montante de R\$ 2,39 milhões e R\$1,83 milhão respectivamente.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não ocorreram oportunidades inseridas no plano de negócio, relacionada a questões ASG.

2.11.Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

No dia 11 de janeiro de 2021, a Companhia contratou no Banco Santander um empréstimo de R\$17 milhões com taxa de juros de CDI+2,75% ao ano, pelo prazo de 48 meses, com amortização mensal do principal (carência de 6 meses) e dos juros, sendo a última amortização em 23 de dezembro de 2024.

Contratou-se o referido empréstimo para aquisição de máquinas, no montante total de, aproximadamente, €2,650 milhões de euros.

Esta aquisição objetiva modernizar o parque fabril para acompanhar a tendência da mudança no consumo dos produtos da Companhia, tendência observada desde 2012, mas intensificada nos últimos três anos.

8. ANEXO II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO A RESOLUÇÃO CVM 81/22)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$32.946.981,29 (trinta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e nove centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

R\$12.001.283,70 (doze milhões, um mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos), correspondentes a R\$0,181600000 por ação.

Valor por ação do Juros sobre Capital Próprio: R\$0,181600000

Os Juros sobre o Capital Próprio estão sujeitos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de acordo com a legislação vigente.

Pagamento integral, proposto para o dia 25 de maio de 2023, sem atualização monetária.

A tabela abaixo demonstra a data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

	JCP
Data da declaração	01/12/2022
Data de direito	06/12/2022
Data ex-provento	07/12/2022

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

36,4%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Distribuição de lucros	2022	2021	2020
Lucro líquido	32.946.981,29	25.938.380,76	14.833.094,86
Lucro líquido por ação	0,49854	0,39249	0,22445
Juros sobre capital próprio	12.001.283,70	7.130.718,68	7.097.675,49
JCP por ação	0,18160	0,10790	0,10739
Dividendo		-	6.993.764,63
Dividendo por ação		-	0,10582

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado a reserva legal

R\$ 1.647.349,06 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil trezentos e quarenta e nove reais e seis centavos)

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme Art. 193 da lei 6.404/76: Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Não aplicável.
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Não aplicável.
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto da Companhia estabelece o pagamento de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor período, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Será revertido em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Não aplicável.
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável
Não aplicável.
- d. Justificar a constituição da reserva
Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar
Não aplicável.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Não aplicável.
- b. Identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável.
- c. Descrever como o montante foi calculado
Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
R\$19.298.348,53 (dezenove milhões duzentos e noventa e oito mil trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos)
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A Administração da Companhia, em atendimento à Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, apresenta orçamento de capital para fundamentar a retenção de lucros via Reserva de Investimentos, conforme disposto no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia e no artigo 196 da Lei 6.404/76.

As projeções e perspectivas apresentadas no orçamento de capital proposto envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Condições econômicas gerais da indústria e outros fatores operacionais podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos.

Para fazer frente aos investimentos previstos no plano de expansão da Companhia, a Administração está propondo a retenção de 58,57 % do lucro líquido do exercício de 2022, no montante de R\$ 19.298 mil, totalizando na conta da Reserva de Lucros para Investimentos e Expansão em 31 de dezembro de 2022, R\$ 36.809 mil.

Fontes de financiamento		R\$ mil
Lucros Retidos em Reservas de Lucros para Expansão		19.298
Total das fontes de financiamento		19.298
Aplicações		
Atender compromissos da Companhia em vista de investimento estratégico de ampliação de capacidade de produção e aprimoramento de processos.		19.298
Total de aplicação de recursos		19.298

Essa reserva ora constituída poderá ser utilizada, a critério da Companhia, para viabilizar um plano de recompra de ações, considerando-se recursos disponíveis nos termos da Resolução CVM 77/22, de 30 de março de 2022.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado a reserva

Não aplicável.

- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

9. ANEXO III – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração dos Administradores da Unicasa, aprovada na reunião do Conselho da Administração em 27 de abril de 2022, reúne, resumidamente, as principais práticas e princípios de remuneração, sendo certo que ela visa atrair, reter e compensar de forma meritocrática as entregas realizadas pelos Executivos da Companhia.

Assim, a Política estabelece diretrizes e regras para a fixação da remuneração e dos benefícios concedidos aos diretores, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos comitês instituídos pela Companhia.

A Política possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

A Política de Remuneração dos Administradores está disponível para consulta no site de RI (ri.unicasamoveis.com.br), da CVM e da B3.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração é o órgão que define a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários. Os critérios e a metodologia que fixam a remuneração consideram a experiência para o exercício do cargo e tem como referência valores de mercado, os quais são obtidos através de pesquisas, informações em jornais e revistas

especializadas em negócios sobre remuneração dos executivos e a situação econômico-financeira da Companhia.

O Conselho de Administração avaliará anualmente, de forma a verificar a aderência da Política de Remuneração com as responsabilidades de cada Executivo, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) A remuneração dos Diretores é composta por parcela fixa e variável. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade dos Diretores. Adicionalmente, os Diretores fazem jus aos seguintes benefícios:

- Plano de Assistência Médica – atendimento interno;
- Plano de Saúde;
- Assistência Odontológica – atendimento interno;
- Seguro de Vida em Grupo; e
- PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

Os benefícios têm por objetivo complementar à remuneração.

A parcela variável da remuneração dos Diretores é baseada no atingimento de metas relativas ao resultado operacional da Companhia.

Em 27 de abril de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a criação do Comitê não estatutário de Auditoria e Comitê não estatutário de Ética. Para ambos ficou determinado que não seriam remunerados pela execução dos cargos.

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Diretores e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

É adotado como medida de desempenho dos administradores o resultado operacional da Companhia.

(ii) A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida. Ainda, de acordo com o artigo 34, parágrafo único, do Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores

uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações. A remuneração composta por parcela fixa, variável e por benefícios diretos e indiretos busca: (i) alinhar os interesses dos executivos com os objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia, assim como o de seus acionistas; e, (ii) o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às necessidades da Companhia.

- (iii) No Conselho de Administração, o Sr. Gelson Luis Rostirolla, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle e o Sr. Gustavo Dall Onder renunciaram à remuneração por motivos pessoais.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. A totalidade da remuneração dos administradores é paga diretamente pela controladora, Unicasa Indústria de Móveis S.A.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	4,00	0,00	10,00
Membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	2.784.400,00	0,00	3.024.400,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	2.784.400,00	0,00	3.024.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Bônus	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	240.000,00	3.784.400,00	0,00	4.024.400,00

Remuneração total no Exercício Social de 2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,75	0,00	8,75
Membros remunerados	2,00	3,75	0,00	5,75
Remuneração fixa anual	240.000,00	2.449.420,00	0,00	2.689.420,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	2.449.420,00	0,00	2.689.420,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	836.118,38	0,00	836.118,38
Bônus	0,00	836.118,38	0,00	836.118,38
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O Número de membros, tanto total quanto remunerados, foi calculado pela média anual de membros. Durante o mês de abril, a diretoria teve a composição de um membro remunerado (Sr. Guilherme Possebon de Oliveira, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores)		
Total da remuneração	240.000,00	3.285.538,38	0,00	3.525.538,38

Remuneração total no Exercício Social de 2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	1.910.420,00	0,00	2.150.420,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	1.910.420,00	0,00	2.150.420,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	842.974,72	0,00	842.974,72
Bônus	0,00	842.974,72	0,00	842.974,72
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	240.000,00	2.753.394,72	0,00	2.993.394,72

Remuneração total no Exercício Social de 2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	1.790.760,00	0,00	2.030.760,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	1.790.760,00	0,00	2.030.760,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	923.000,00	0,00	923.000,00
Bônus	0,00	923.000,00	0,00	923.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	240.000,00	2.713.760,00	0,00	2.953.760,00

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável. O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurada mensalmente para cada exercício abaixo indicados.

Remuneração variável total prevista para o Exercício Social 2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	4	-	10
Membros remunerados	2	4	-	6
Bônus (em R\$ mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	Sem limite	-	Sem limite
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.000.000	-	1.000.000
Participação no resultado (em R\$mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração variável total para o Exercício Social 2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3,75	-	9
Membros remunerados	2	4	-	6
Bônus (em R\$ mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	Sem limite	-	Sem limite
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.900.000	-	1.900.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	836.118	-	836.118
Participação no resultado (em R\$mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração variável total para o Exercício Social de 2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	-	8
Membros remunerados	2	3	-	5
Bônus (em R\$ mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	367.500	-	367.500
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	892.500	-	892.500
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	525.500	-	525.500
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	842.975	-	842.975
Participação no resultado (em R\$mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração variável total para o Exercício Social de 2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	-	8
Membros remunerados	2	3	-	5
Bônus (em R\$ mil)				-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	776.000	-	776.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.227.500	-	1.227.500
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	965.000	-	965.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	923.000	-	923.000
Participação no resultado (em R\$mil)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e para o exercício social corrente.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob forma de opções de compra de ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não pratica outorga de opções de compra de ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções e ações do conselho nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em outorga de ações nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do conselho nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Acionista/Quotista ⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações			% do Capital Social Total
	2022	2021	2020	2022
Conselho de Administração	28.401.265	28.401.265	28.401.265	42,98%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%
Diretoria	-	-	-	0,00%
Total	28.401.265	28.401.265	28.401.265	42,98%

⁽¹⁾ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de previdência em vigor para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Número de membros	3,75	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00
Número de membros remunerados	3,75	3,00	3,00	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.145.384,79	1.145.679,86	1.146.360,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	823.021,58	783.786,60	772.200,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	876.143,57	917.798,24	904.586,67	120.000,00	120.000,00	120.000,00

Em 2022 o valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de 1 membro do órgão, por ter exercido o cargo por menos de 12 meses.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia, referente a membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais que não seja em relação à função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável, tendo em vista que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Em 10 de março de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, houve a renúncia do Sr. Gustavo Dall Onder aos cargos de Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores da Companhia, permanecendo o mesmo exercendo o cargo de Diretor Presidente, bem como o cargo de membro do Conselho de Administração. Na mesma data foi eleito o Sr. Guilherme Possebon de Oliveira para ocupar os cargos acumulados de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores.

10. ANEXO IV – INFORMAÇÕES SOBRE ADMINISTRADORES

Em atendimento ao disposto no Art. 11 da Resolução nº 81/22, seguem abaixo as informações (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência) a respeito dos candidatos indicados à eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Item 7.3 -a	Nome	Renata Vendruscolo Zietolie
Item 7.3 -b	Data de Nascimento	24/01/1978
Item 7.3 -c	Profissão	Empresária
Item 7.3 -d	CPF	946.893.340-72
Item 7.3 -e	Cargo eletivo ocupado	Membro
Item 7.3 -f	Data da eleição	28/04/2023
Item 7.3 -g	Data da posse	28/04/2023
Item 7.3 -h	Prazo do mandato	Até AG das DF's de 31/12/2023
Item 7.3 -i	Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Item 7.3 -j	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado	Não se aplica
Item 7.3 -k	Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data do início do primeiro mandato	Não se aplica
Item 7.3 -m (i)	Condenação Criminal, nos últimos 5 anos	Não possui
Item 7.3 -m (ii)	Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central ou da Superintendência de Seguros Privados, nos últimos 5 anos	Não possui
Item 7.3 -m (iii)	Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa	Não possui

7.3 -I. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

Currículo – Renata Vendruscolo Zietolie

Graduada em psicologia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em 2005. Possui experiência profissional especialmente em gestão empresarial, com atuação em transações imobiliárias. Atualmente é sócia administradora das empresas Z Laica Negócios Imobiliários Ltda, LIC Negócios Imobiliários Ltda. e atua como Diretora Administrativa e Financeira de Ipê Negócios Imobiliários S/A.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica. Candidato indicado não irá compor Comitês.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor"

A Companhia não possui caso de relações familiares entre os Membros do Conselho de Administração, Diretora e Comitês de Assessoramento.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Não se aplica. Candidato indicado não tem relação de subordinação entre administradores do emissor.